

Presidente Ian Salomão busca avanços para a Univesp

Na última quarta-feira, 2 de agosto, o Presidente da Câmara e o vereador Vitor Bini estiveram na cidade de Garça/SP, onde se reuniram com o diretor administrativo da Univesp e com o assessor especial do vice-governador de São Paulo, Vinícius Camarinha.

“Estivemos com Bocalon e Camarinha pleiteando a expansão da Univesp de Paraguaçu Paulista, solicitando o aumento do número de vagas, para que mais paraguaçuenses possam realizar o sonho de cursar uma universidade pública gratuita, com ensino de qualidade e reconhecida pelo MEC”, disse Ian Salomão.

A Univesp Polo Paraguaçu Paulista está funcionando junto às Faculdades Gammon e até o momento oferece 200 vagas para quatro cursos. O vestibular foi um verdadeiro sucesso, tendo grande procura, e as aulas começam nos próximos dias.

“Estamos trabalhando firmemente para que a Univesp de Paraguaçu Paulista possa beneficiar ainda mais cidadãos, pois tivemos um alto número de inscritos para o vestibular e vimos que podemos expandir ainda mais. Estamos lutando para isso”, finalizou o Presidente da Câmara Ian Salomão.



Bocalon e Camarinha com Ian e Bini

Requerimentos

Vereadores fazem questionamentos à Prefeita Almira Garms, Guarda Municipal e Polícia Militar

Requerimento 81/2017, de autoria do vereador Vitor Bini, com assinatura de apoio do vereador Ian Salomão, que requer à Guarda Municipal, Conselho Tutelar e Polícia Militar do Município quanto à possibilidade de ação conjunta durante os finais de semana, visando coibir atividades ilícitas entre adolescentes nos logradouros públicos.

De acordo com a justificativa do requerimento, nos últimos tempos, alguns pontos de praças têm sido amplamente utilizados para uso de entorpecentes, consumo de bebidas alcoólicas e outras atividades ilícitas, ocasionando por vezes na depredação do bem público. Não obstante, é notório a baixa idade dos frequentadores, o que ocasiona ainda mais preocupação, tanto para o Poder Público quanto para as famílias paraguaçuenses, sendo necessário que, conjuntamente, sejam realizadas ações que visem coibir as práticas que podem ocasionar danos futuros.

“Nosso município precisa urgentemente desenvolver ações que sejam integradoras destes jovens, para que tenhamos atividades saudáveis e dentro dos níveis de segurança, tanto para as famílias quanto para os usuários dos espaços públicos e isto pode ocorrer, de forma integrada, com a colaboração tanto da comunidade quanto dos órgãos referidos neste requerimento”, ressaltou Vitor Bini.

Requerimento 83/2017, de autoria do vereador Serginho, que requer à Prefeita Municipal informações sobre a receita corrente líquida de 2016 e o cumprimento da Emenda Constitucional 86, que torna impositivo a execução das emendas individuais dos parlamentares ao orçamento.

No mês de março de 2015 o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional 86, que torna impositiva a execução das emendas individuais dos parlamentares ao orçamento. A obrigatoriedade do acatamento das emendas pelo Executivo atinge os municípios. O texto obriga o Poder Executivo a realizar as emendas parlamentares ao orçamento até o limite de 1,2% da receita corrente líquida do ano anterior. A receita corrente líquida é tudo aquilo que o poder público recebe com impostos e outras receitas, descontadas contribuições previdenciárias, PIS, PASEP e duplicidades.

Além disso, metade desse percentual, 0,6%, deve ser empregado em ações e serviços de saúde, exceto despesas com pessoal e encargos. “Se não for possível cumprir pela razão que a Constituição chama de impedimento de ordem técnica, a Prefeita deve, até 120 dias após a publicação da lei de orçamento (LOA), comunicar a Câmara, que, por sua vez, tem 30 dias para indicar uma alternativa de destinação do dinheiro. A ordem técnica nada mais é do que não efetivação da receita prevista, ou seja, menos dinheiro que o previsto”, disse Serginho.

O requerimento questiona qual o valor da receita corrente líquida do município no ano 2016; se a Prefeitura já está se adequando para atender o dispositivo da Emenda Constitucional 86; e se já está prevista tal porcentagem no PPA, LDO e LOA.

Requerimento 84/2017, de autoria da vereadora Neide Teodoro, com assinatura de apoio do vereador Vitor Bini, que requer à Prefeitura Municipal informações sobre a vigência do contrato com a Sabesp, bem como das atividades realizadas pela empresa no que se refere à manutenção das vias asfálticas, quando da manutenção do esgoto.

“É público e notório a grande quantidade de buracos no município. Sabemos também que há uma grande força tarefa para iniciar a operação tapa-buracos. Ocorre que, paralelamente a este serviço, a Sabesp, que possui concessão para explorar os serviços de água e esgoto, tem realizado vários cortes na pavimentação asfáltica e, por vezes, a repavimentação não é realizada com qualidade ou na mesma proporção, levando a uma disparidade na pavimentação e deteriorando ainda mais as vias públicas”, explicou a vereadora Neide.

O requerimento questiona qual o período de vigência do contrato de concessão com a Sabesp; se existe alguma cláusula que exige a manutenção das vias públicas pela Sabesp; se existe alguma de fiscalização; e se é possível exigir da empresa melhor manutenção dos serviços.

Requerimento 85/2017, de autoria da vereadora Neide Teodoro, com assinatura de apoio do vereador Vitor Bini, que requer à Prefeitura Municipal informações sobre o recebimento de emendas parlamentares para cobertura e readequação de quadra poliesportiva e construção de piscina.

Neste dia 14 de junho, a Câmara Municipal recebeu a visita dos assessores do Deputado Estadual Ed Thomas, que apresentou documento no qual divulga que foi o responsável pela liberação das seguintes emendas parlamentares para Paraguaçu Paulista: no ano de 2011 - cobertura e readequação de quadra esportiva, no valor de R\$ 150.000,00; no ano de 2013 - construção de piscina na APAE, no valor de R\$ 150.000,00.

Em seu requerimento, a vereadora questiona: se tais valores divulgados foram recebidos e aplicados; qual a data de início de cada obra; se as obras foram concluídas; se houve contrapartida do município; e qual o valor total gasto em cada obra.

Requerimento 86/2017, de autoria do vereador Serginho, com assinatura de apoio dos vereadores Josimar Rodrigues e Junior Baptista, que requer à Prefeitura Municipal informações sobre o descumprimento da Lei Municipal 2.878/13, que trata da prestação de contas pelo Poder Executivo com referência aos repasses efetuados ao Hospital e Pronto Socorro de nossa cidade.

“Esta Lei instituiu a obrigação da municipalidade prestar contas dos valores repassados ao Hospital e Pronto Socorro para acompanhamento dos vereadores e da população. Porém, já estamos quase encerrando o primeiro semestre e nenhuma prestação foi encaminhada. Assim, queremos saber qual o motivo para o não envio dessas informações à Câmara e qual a previsão para regularização dessa situação”, disse o vereador Serginho.

Requerimento 87/2017, de autoria do vereador Paraná do Sindicato, que requer à Prefeitura Municipal informações sobre a restauração do prédio do Paço Municipal.

“Sabemos que o prédio do Paço Municipal possui seguro com cobertura contra incêndio. O prazo em lei para o pagamento da indenização de incêndio é de 30 dias após o segurado cumprir todas as exigências. Assim, faz-se necessário nos posicionar em referência ao andamento do processo de sinistro e a data prevista para o pagamento da indenização que deverá culminar na restauração do prédio do Paço Municipal. É importante que o município adote medidas de segurança contra possíveis focos de incêndios e demais danos aos prédios públicos, atendendo às exigências para obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) em todos os prédios públicos, para evitar futuros acidentes e preservar pela integridade física dos servidores e oferecer segurança a todos os cidadãos que neles frequentam”, disse o vereador Paraná.

O requerimento questiona, dentre outros, quais ações da Administração para a restauração do prédio do Paço Municipal; qual é o prazo para o início das obras de restauração; e se existem recursos disponíveis para a restauração.

Requerimento 88/2017, de autoria do vereador Vitor Bini, com assinatura de apoio do vereador Cícero Policial, que requer à Prefeita Municipal informações sobre a possibilidade de incluir restaurantes, lanchonetes e demais estabelecimentos voltados à alimentação no Programa de Alimentação do Servidor – PAS.

A Lei que criou o PAS tem como estabelecimentos conveniados supermercados, padarias e açougues, mas não inclui restaurantes e lanchonetes. O PAS beneficia atualmente 1.500 servidores e, de acordo com o vereador Vitor, “essa abertura ampliaria o poder de escolha dos servidores e o comércio local também seria beneficiado, pois os recursos serão gastos em estabelecimentos cadastrados em nossa cidade”.

Requerimento 89/2017, de autoria do vereador Junior Baptista, com assinatura de apoio dos vereadores Josimar Rodrigues e Serginho, que requer à Prefeita Municipal informações sobre as antenas de transmissão de sinal de internet instaladas no topo do edifício do antigo Palace Hotel.

“Com o advento do 4G, as operadoras e empresas estão instalando cada vez mais torres. A proposta é tentadora, pois é possível aumentar a arrecadação do município alugando o topo de prédios de sua propriedade para antenas de TV, telecomunicações e radiotransmissor. Neste sentido, recebemos de alguns municípios informações de que algumas empresas instalaram antenas de transmissão de sinal de internet no topo do edifício do antigo Palace Hotel, porém, não temos conhecimento dos termos de tais autorizações”, explicou Junior Baptista.

Requerimento 90/2017, de autoria do vereador Paraná do Sindicato, que requer à Prefeita Municipal informações sobre a falta de infraestrutura, manutenção, conservação e limpeza dos imóveis públicos no Distrito de Sapezal.

“O Distrito de Sapezal é um dos destinos de visitantes, possuindo atrativos que visam estimular o potencial turístico, além de fazer parte da memória cultural e histórica de nossa Estância. É preciso manter regular os serviços de limpeza pública, remoção de resíduos sólidos e corte de gramas, afastando eventuais riscos à saúde pública e preservando o local limpo para os moradores e visitantes”, ressaltou o vereador Paraná.

Em seu requerimento ele questiona, dentre outros, se há recursos disponíveis e suficientes para realizar a recuperação dos bens imóveis, praças e logradouros públicos no distrito de Sapezal; se existem estudos de viabilidade para instalação de academia especial para a terceira idade e academia ao ar livre no distrito de Sapezal; e se existe proposta para viabilizar a reforma do campo de futebol em Sapezal, incluindo a instalação de vestiários e alambrado.

Requerimento 91/2017, de autoria do vereador Junior Baptista, com assinatura de apoio do vereador Serginho, que requer à Prefeita Municipal informações sobre a falta de insulina na rede pública de saúde.

O diabetes é uma doença grave caracterizada pelo aumento do açúcar no sangue. Ela surge quando o organismo não consegue produzir hormônios que auxiliam no metabolismo dos carboidratos. Existem dois tipos da doença, o 1, caracterizado pela falta total de produção de insulina, que ocorre principalmente em crianças e adolescentes, e o 2, onde há diminuição da função da insulina, comum em adultos e pessoas com excesso de peso.

De acordo com o vereador Junior Baptista, “a falta de insulina para distribuição gratuita na rede municipal de Saúde domina nas redes sociais e meios de comunicação em nossa cidade, uma vez que os usuários há vários anos recebiam a medicação e agora temem por sua saúde, pois não dispõem de recursos financeiros para arcar com o custo de tal tratamento”.

Em médio ou longo prazo, a interrupção do tratamento pode provocar cegueira, infarto ou derrame. Uma possível troca de medicação, só pode ser feita com orientação médica. Os pacientes precisam entrar em contato com seu médico para saber se podem trocar de insulina ou não. Quem usa a de ação rápida não pode trocar para uma de ação lenta, por exemplo.

“Nos cabe, dessa forma, enquanto reagentes do Poder Legislativo, obter informações sobre tema tão extremamente importante e fundamental: a saúde da população e o fornecimento de medicamento indispensável para controle e tratamento do diabetes”, enfatizou o vereador autor.

O requerimento questiona se existe previsão para que a insulina seja novamente disponibilizada de forma gratuita aos usuários; se existe a possibilidade da Prefeitura comprar um lote emergencial de insulina os usuários; e se estes foram orientados para procurar o médico e alterar provisoriamente o tipo de medicação utilizada.

Requerimento 92/2017, de autoria do vereador Paraná do Sindicato, que requer à Prefeitura Municipal informações sobre a possibilidade de instalação de iluminação pública na Rodovia Manílio Gobbi, SP 284, nas proximidades do trevo que dá acesso à Av. Sete de Setembro até o trevo da Av. Hissagy Marubayashi.

“A falta de iluminação pública na SP 284 afeta a visibilidade dos motoristas em período noturno e em dias chuvosos, agravando o risco de acidentes. A iluminação pública é uma das prioridades para a segurança dos usuários que circulam neste trecho da rodovia, que dá acesso aos bairros próximos. A falta de infraestrutura, como passarela e viadutos, vêm aumentando o fluxo de veículos, e os ciclistas e pedestres precisam fazer a travessia em vários pontos da rodovia” explicou o vereador autor.



Vereadores discutem requerimentos

Indicações

Na Sessão Ordinária de segunda-feira (7) os vereadores apresentaram 14 indicações.

Indicação 252/2017 de autoria do vereador Marinho Thimoteo, que indica à Prefeitura Municipal a substituição gradual das lâmpadas tradicionais por lâmpadas Led na rede de iluminação pública.

Indicação 253/2017 de autoria do vereador Cícero Policial, que indica à Prefeitura Municipal estudos para instalação de redutores de velocidade na Rua Fernando Costa, 448, na Barra Funda.

Indicação 254/2017 de autoria do vereador Marinho Thimoteo, que indica à Prefeitura Municipal estudo de viabilidade para realização de convênio com plano de saúde para os servidores municipais.

Indicação 255/2017 de autoria do vereador Marinho Thimoteo, que indica ao Presidente da Câmara estudo de viabilidade para realização de convênio com plano de saúde para os servidores municipais.

Indicação 256/2017 de autoria do vereador Márcio da São José, que indica à Prefeitura Municipal o cadastramento do município junto ao Ministério das Cidades, por meio do programa Avançar Cidades, para o financiamento de ações de mobilidade urbana.

Indicação 257/2017 de autoria do vereador Márcio da São José, que indica à Prefeitura Municipal o cadastramento do município junto ao SAIPS - Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde para o programa de proposta voluntária, visando a aquisição de ambulância.

Indicação 258/2017 de autoria do vereador Márcio da São José, que indica à Prefeitura Municipal a alteração do art. 84 da Lei Complementar 02/1997 - Estatuto do Servidor Público Municipal, que disciplina o tempo de licença concedido à servidora gestante.

Indicação 259/2017 de autoria do vereador Serginho, que indica à Prefeitura Municipal a implantação do Cartão Vale Card para a aquisição de combustível pela frota de veículos da Prefeitura Municipal.

ICMS

Indicação 260/2017 de autoria do vereador Junior Baptista, que indica à Prefeita Municipal que o Conjunto Habitacional D. Lina Leuzzi integre o itinerário do transporte municipal que tem como destino a ETEC.

Indicação 261/2017 de autoria da vereadora Luciana da Adepta, que indica à Prefeita Municipal a contratação de um médico veterinário para o quadro de servidores do município, objetivando aumentar os castramentos e reduzir os custos desse procedimento

Indicação 262/2017 de autoria da vereadora Luciana da Adepta, que indica à Prefeita Municipal a instalação de outdoors informativos para combater maus-tratos a animais em nosso município.

Indicação 263/2017 de autoria da vereadora Luciana da Adepta, que indica à Prefeita Municipal a criação do conselho municipal de proteção aos animais.

Indicação 264/2017 de autoria do vereador Junior Baptista, que indica à Prefeita Municipal a realização da troca de lâmpada em poste localizado na Rua Barão do Rio Branco, altura do nº. 494.

Indicação 265/2017 de autoria do vereador Serginho e outro, que indica à Prefeita Municipal a mudança na coleta de lixo, proibindo o amontoamento de lixos nas esquinas de nossa Estância Turística.

Câmara parabeniza deputado Ed Thomas

Na Sessão Ordinária de segunda-feira (7), a Câmara de Vereadores aprovou moção de autoria do vereador Josimar Rodrigues e outros, que manifesta congratulações ao deputado Ed Thomas, pela elaboração do Projeto de Lei Complementar 43/2016, que trata da parcela pertencente aos municípios do produto de arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

Atualmente, 493 municípios do Estado de São Paulo são responsáveis por 71% da cana-de-açúcar. O Estado responde por 60% da produção nacional e esses municípios têm a responsabilidade de 43% da produção nacional. Mas, os 493 municípios estão classificados pelo Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) como de “Baixa Riqueza”; do total do ICMS distribuído pelo Estado em 2015 receberam 19%, sendo que os 81% ficaram para os municípios classificados como de “Alta Riqueza”.

A venda cana-de-açúcar para as usinas gerou, no ano de 2015, receitas de R\$ 23.889.208.195,62, mas não agregou valor adicionado devido ao diferimento do ICMS para a usina.

O diferimento do ICMS é a transferência do pagamento do imposto em um momento posterior ao que ocorreu a transação, no caso da cana-de-açúcar a partir das usinas, afetando diretamente os municípios produtores, pois o IPM representa um índice percentual, pertencente a cada município, a ser aplicado em 25% do montante da arrecadação do ICMS. É esse índice que permite ao Estado entregar as cotas-partes dos municípios referentes às receitas do ICMS, conforme está previsto na legislação vigente.

As Transferências Constitucionais, ou seja, parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidas, pertencentes aos municípios por disposição constitucional, são indispensáveis para o equilíbrio das contas das prefeituras. Assim, o projeto visa mudar a forma de distribuição do ICMS aos municípios produtores de cana-de-açúcar e, por consequência, melhorar o padrão de vida de inúmeras pessoas no Estado, com aumento da receita corrente líquida e maiores investimentos na saúde e educação, por exemplo.



Ed Thomas

Onório Anhesim será homenageado na Câmara

“Assim, considerando a importância da cultura de cana-de-açúcar em nosso município e região, tomando a agroindústria imprescindível para o desenvolvimento do Estado, porém sem a devida compensação aos municípios produtores que sofrem com o impacto ambiental, apresentamos esta Moção de Congratulações, destacando o empenho e a visão dispendidos com questão de equilíbrio das contas públicas, maior igualdade e justiça no repasse da cota-parte do ICMS, especialmente em época de dificuldade financeira enfrentada pelos municípios”, disse Josimar Rodrigues.



Josimar parabeniza o deputado

Na Sessão Ordinária de segunda-feira (7), a Câmara de Vereadores aprovou projeto de autoria do vereador Ian Salomão, com assinatura de apoio dos demais, que denomina “Vereador Onório Francisco Anhesim” a sala de reuniões do Palácio Legislativo Água Grande.

Depois do Plenário, a sala de reuniões da Casa de Leis é um dos locais mais importantes de debates e deliberações, onde são realizadas reuniões da Mesa Diretora, de vereadores e de comissões permanentes e temporárias, entre tantas outras, embasando muitos dos assuntos que são debatidos nas Sessões Plenárias.

“A denominação dessa importante sala homenageará e perpetuará o nome do saudoso vereador Onório, falecido em pleno exercício do mandato, em 12 de setembro de 2016. Sua história de prestação de serviços à comunidade foi extensa, ocupando cargos como chefe de gabinete e diretor do departamento de obras, durante vários mandatos do também saudoso Prefeito Carlos Arruda Garms”, disse Ian Salomão.

Na Câmara Municipal, Onório foi vice-presidente da Mesa Diretora no biênio 2013-2014. Também participou como titular de importantes comissões permanentes. Nos anos de 2014 e 2015 foi membro das Comissões Especiais de Inquérito instituídas para apurar irregularidades junto à administração municipal.



Onório Anhesim

Educação

Câmara aprova campanha pela valorização dos professores

Na Sessão Ordinária de segunda-feira (7), a Câmara aprovou projeto de lei de autoria do vereador Márcio da São José, que institui a “Campanha de Valorização do Professor e Combate à Violência no Ambiente Escolar”.

De acordo com a justificativa do projeto, a violência possui muitas causas e atinge todos os grupos sociais, faixas etárias, assim como as instituições. “A convivência baseada no respeito e na solidariedade tem sido algo cada vez mais desafiador em nossa sociedade, pois os interesses coletivos vem sendo substituídos gradativamente por padrões individualistas”, afirma o texto.

“Trabalhar com o resgate de valores e a mediação de conflitos tornou-se algo primordial para construir um bom clima na escola e, desta maneira, garantir bons resultados no processo de ensino e aprendizagem. Nesta perspectiva, a elaboração de uma prática educativa para prevenir a violência necessita estar sedimentada por valores humanos, como ética, respeito e tolerância”, disse o vereador Márcio.

Segundo a Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem, nas escolas brasileiras se verificam os maiores percentuais (12,5%) de ocorrências de intimidações ou ofensas verbais a professores ou membros da equipe escolar. Os professores brasileiros são, ainda, os que declaram gastar mais tempo em sala de aula para manter a ordem (19,8% do tempo) e com tarefas administrativas (12,2%). Como resultado, dentre os países pesquisados, o Brasil é o país onde os professores dedicam o menor tempo médio em sala de aula com ensino e aprendizagem de fato (INEP, 2014).

Outrossim, especialistas afirmam que deve haver um esforço conjunto do Poder Público, da sociedade e da escola para minimizar a violência sofrida pelos professores nas unidades de ensino. Segundo o vereador autor do projeto, “é fundamental que haja consenso da comunidade escolar acerca das regras impostas à vida cotidiana e ao funcionamento da instituição, bem como o desenvolvimento de ações educativas que envolvam a comunidade, em especial os alunos e as famílias, em torno do tema violência nas escolas”.

As medidas administrativas a serem tomadas são de competência do Poder Executivo Municipal e a devida regulamentação da norma será feita pela Prefeita Almira Garms.



Márcio enaltece os professores

Sustentabilidade

Lâmpadas de LED serão obrigatórias para novos loteamentos e empreendimentos imobiliários

Reunida em Sessão Ordinária na segunda-feira, 7 de agosto, a Câmara de Vereadores aprovou projeto de lei de autoria do vereador Marinho Thimoteo, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de lâmpadas de diodo emissor de luz - LED na rede de iluminação pública, em novos loteamentos e empreendimentos imobiliários no município.



Marinho fala sobre a economia das novas lâmpadas

De acordo com a justificativa do projeto, a gestão municipal deve encontrar soluções não apenas para os problemas atuais, mas também planejar de forma sustentável o futuro. Neste contexto, a economia e eficiência devem ser prioridade.

“E na iluminação pública ainda temos muito que evoluir. As lâmpadas LED proporcionam economia nos gastos com energia elétrica e manutenção devido a sua eficiência em transformar energia em luz e sua durabilidade”, diz o texto do projeto.

A lâmpada fluorescente é composta por mercúrio, substância perigosa à saúde e ao meio ambiente. Já as lâmpadas LED proporcionam economia de energia em comparação com as soluções de iluminação tradicionais e requerem o mínimo de manutenção devido à vida útil ser muito superior às suas equivalentes incandescentes ou fluorescentes, além de não possuir mercúrio em sua composição.

Apesar do investimento inicial com iluminação LED ter custo maior que o da iluminação fluorescente, o custo final da conta de luz compensa, pois significa uma economia de até 50%. “Se compararmos com a lâmpada incandescente, a relação é ainda mais vantajosa, ou seja, proporciona uma economia de energia de 80%”, disse o vereador autor do projeto.

Em relação a durabilidade, as lâmpadas LED possuem uma vida útil três vezes maior que as fluorescentes e vinte e cinco vezes maior que as incandescentes. Ainda de acordo com o autor do projeto, “sem dúvida nenhuma a tecnologia LED é a melhor alternativa, pois, apesar de possuir um investimento inicial maior, o mesmo é compensado pela economia de energia e durabilidade das lâmpadas”.

Crédito

Câmara aprova projeto da Prefeita Almira para regularização de convênio

Foi aprovado pelos vereadores em Sessão Ordinária realizada na segunda-feira (7), projeto de lei de autoria da Prefeita Almira Garms, que dispõe sobre autorização para a abertura de crédito especial no valor de R\$ 31.480,19, no departamento de turismo, visando a restituição de recursos ao Estado de São Paulo e regularização da prestação de contas e encerramento do Convênio 98/2008 – recuperação das ruas centrais e construção de estacionamento.

O referido convênio foi celebrado com a Secretaria de Estado do Turismo, por intermédio do DADETUR (Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos), para recebimento de recursos do Fundo de Melhoria das Estâncias. Por conta da aplicação dos valores, solicita-se autorização para suplementar, por decreto, o crédito autorizado por esta lei, no montante equivalente aos rendimentos financeiros acumulados até a data da efetiva restituição de recursos ao Estado.

Segundo o departamento de administração e finanças da Prefeitura, para o encerramento do convênio é necessária a restituição de valores ao Estado para regularização e prestação de contas final. O valor do referido convênio era de R\$ 525.157,35 sem contrapartida do município.

O objeto foi executado, restando saldo financeiro. O saldo remanescente, considerando os rendimentos financeiros é de R\$ 31.480,19. O DADETUR concedeu um prazo de 20 dias para a devolução do saldo remanescente. Por conta do crédito, ora aberto, fica alterada a programação orçamentária da despesa do município, estabelecida pelo Decreto Municipal 6.066, de 2 de janeiro de 2017.